



NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

- **Órgão ou Entidade:** Município de ItaetÊ
- **CNPJ:** 13.922.620/0001-20
- **Natureza Jurídica (Conforme código da RFB):** 124-4 – Município

O atual Prefeito Zenildo Matos de Oliveira a partir de 01/01/2021 iniciou seu mandato encontrando o município sem ao menos ter um espaço para atendimento, pois a sede da Prefeitura encontrava-se em total abandono, situação que só veio a se agravar no decorrer do ano com a falta de transparência e compromisso da gestão anterior em cumprir com suas obrigações legais no que tange principalmente à transição de governo.

A Consolidação desta demonstração contábil abrange os Poderes Executivo e Legislativo, bem como os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo os fundos, conforme relação dos órgãos a seguir:

- **Poder Legislativo:**
  - Câmara Municipal
- **Poder Executivo:**
  - Gabinete do Prefeito
  - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
  - Secretaria de Educação e Cultura
  - Secretaria Municipal de Saúde
  - Secretaria Municipal de Assistência Social
  - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
  - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
  - Secretaria Municipal de Finanças
  - Secretaria de Administração



**NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

- **Gestor do Município:** Zenildo Matos de Oliveira
- **Contador Responsável:** Vinicius Pollmer
- **Controlador Geral do Município:** Anderson Pereira da Silva
- **Software utilizado pela Entidade:** Fator Sistemas
- **Endereço eletrônico do Portal da Transparência:**  
[Prefeitura Municipal de Itaetê — Diário oficial \(doem.org.br\)](http://www.pmf.itaete.ba.gov.br)

**NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição, atualizado pela Portaria STN nº 21/2021, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público adotado em 01/01/2013, atualizado em 21/02/2021 também integrante do o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, estendido pelo Plano de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia parametrizado para atender integralmente o Sistema Integrado de Gestão e Auditoria do TCM-BA.



NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**Aspectos Gerais dos Procedimentos e Práticas Contábeis**

**Receitas e Despesas**

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas dos municípios do Estado da Bahia.

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas e as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

**Ativo**

**Caixa e Equivalente de Caixa**

O município registrou em 2021 o saldo de **R\$ 3.022.930,69** em caixa e bancos, bem como valores equivalentes conciliados, como cheques em mãos e em trânsito que representam

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETE

## Estado da Bahia

CNPJ: 13.922.620/0001-20



Processo: 11991e22 - Doc: 71 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 13/04/2022 21:04:39, VINICIUS POLLMER DA COSTA SANTIAGO - 13/04/2022 22:07:51  
Acesse em: <https://c.tcm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo=documento:d3961527-4893-4151-9081-9875332e0ebf>

### NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da tesouraria e que não haja restrições de uso imediato.

Demais valores em sua liquidez que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

#### Créditos Tributários a Receber – ISS e IRRF

O município não registra valores relativos a créditos passivos em Contas de ISS e IRRF no final do exercício.

2.1.8.0.0.00.00.00.00.000	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	497.690,27	C	976.505,86	4.418.054,16	986.413,72	4.733.756,55	507.598,13	C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.000	VALORES RESTITUIVEIS	445.940,21	C	908.168,26	4.182.134,95	761.042,24	4.340.803,46	298.814,19	C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.000	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	28.465,32	C	361.965,32	2.270.459,91	362.329,24	2.277.707,15	28.829,24	C
2.1.8.1.01.00.00.00.000	CONSIGNAÇÕES	28.465,32	C	361.965,32	2.270.459,91	362.329,24	2.277.707,15	28.829,24	C
2.1.8.1.01.04.00.00.000	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	34.694,45	C	172.924,05	681.935,68	138.229,60	681.935,68	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.000	IRRF	36.613,84	C	166.409,14	630.706,51	129.795,30	630.706,51	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.001	IRRF SERV. FMS A RECOLHER - "00"	51,49	C	938,79	5.395,60	887,30	5.395,60	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.002	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "29"	51,53	C	93,76	145,89	42,23	145,89	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.003	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "02"	0,00	C	3.059,49	13.076,91	3.059,49	13.076,91	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.014	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "14"	0,00	C	856,68	6.202,99	856,68	6.202,99	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.015	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "01"	0,00	C	853,63	5.341,17	853,63	5.341,17	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.018	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "18"	35.741,02	C	126.205,33	405.285,46	90.464,31	405.285,46	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.019	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "19"	51,67	C	3.075,83	5.569,32	3.024,16	5.569,32	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.020	IRRF LEGISLATIVO	0,00	C	5.136,53	57.319,74	5.136,53	57.319,74	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.01.044	IRRF SERV. A RECOLHER FTE "00"	718,13	C	26.189,10	132.369,43	25.470,97	132.369,43	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.02.001	IRRF A RECOLHER PF FTE "00"	6,11	C	173,57	2.694,34	167,46	2.694,34	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.02.002	IRRF A RECOLHER PF FTE "01"	0,00	C	0,00	57,12	0,00	57,12	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.02.003	IRRF A RECOLHER PJ FTE "01"	1,27	C	2,08	55,08	0,81	55,08	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.03.001	IRRF A RECOLHER PJ FTE "00"	385,35	C	385,35	847,93	0,00	847,93	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.03.002	IRRF A RECOLHER PJ FTE "02"	2.312,12	D	2.345,55	23.204,90	4.657,67	23.204,90	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.03.003	IRRF A RECOLHER PF FTE "02"	0,00	C	0,00	373,50	0,00	373,50	0,00	C
2.1.8.1.01.04.00.03.014	IRRF A RECOLHER PJ FTE "14"	0,00	C	3.608,36	23.996,30	3.608,36	23.996,30	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.000	ISS	4.772,08	D	16.204,70	125.284,09	20.976,78	125.284,09	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.001	ISS A RECOLHER PF FTE "02"	0,00	C	76,20	2.826,90	76,20	2.826,90	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.002	ISS A RECOLHER PF FTE "29"	0,00	C	120,00	240,00	120,00	240,00	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.003	ISS A RECOLHER PJ FTE "02"	3.082,83	D	3.451,45	33.923,96	6.534,28	33.923,96	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.004	ISS A RECOLHER PJ FTE "14"	126,00	C	5.285,90	34.837,51	5.159,90	34.837,51	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.005	ISS A RECOLHER PF FTE "14"	0,00	C	0,00	42,00	0,00	42,00	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.006	ISS A RECOLHER PJ FTE "00"	485,41	D	2.157,70	22.915,89	2.643,11	22.915,89	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.007	ISS A RECOLHER PF FTE "00"	0,00	C	521,20	6.541,55	521,20	6.541,55	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.008	ISS A RECOLHER PF FTE "01"	257,20	D	174,50	2.193,30	431,70	2.193,30	0,00	C
2.1.8.1.01.08.00.00.009	ISS A RECOLHER PF - FTE "19"	0,00	C	0,00	55,25	0,00	55,25	0,00	C

28/03/2022 - 19:02:57

Página: 6 de 20

Foi adotado durante todo o exercício de 2021 a prática de transferência dos créditos reconhecidos referentes às consignações retidas de IRRF e ISSQN para a conta de Tributos do município de Serra Preta, reconhecendo destarte a variação financeira e patrimonial desta entidade.



**NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Créditos de Transferências a Receber**

Não houve registro de créditos a receber referente a receita.

**Créditos e Valores a Curto Prazo**

São considerados de curto prazo e classificados como Ativo Circulante os valores realizáveis no período de 12 (doze) meses a partir da apresentação das demonstrações contábeis. Os valores com realização após 12 (doze) meses são classificados como Ativo Não Circulante.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contrapartida as contas de resultado.

**Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Foram registrados valores em Demais Créditos e Valores a Curto Prazo R\$ 67.500,00 referentes a valores cuja origem trata-se de valores repassados a título de suprimento de fundos.

O município, através de sua controladoria tem expedido recomendações quanto a devida e tempestiva prestação de contas dos referidos adiantamentos.

**Dívida Ativa**

Créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo.



**NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Foram reclassificadas do Ativo não Circulante para o Ativo Circulante o Valor da Dívida Ativa com referência a quantia arrecadada no exercício. Esta Administração entende ser a melhor forma de provisionar a Dívida a ser recebida nos próximos 12 meses.

**Ativo Imobilizado**

A Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, sendo seus elementos de vida útil limitada submetidos a mensuração de Depreciação, Amortização ou exaustão.

O Ativo imobilizado do exercício de 2021 registra o total de **R\$ 21.892.697,52** já considerando suas depreciações e amortizações.

**Investimentos – Consórcio Público**

O município realizou despesas no valor de **R\$ 168.263,54** com investimentos de Consórcios Públicos registrado no Ativo não Circulante do município, no grupo de Investimentos - PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

**PASSIVO**

**Fornecedores a Curto Prazo**

Os Passivos serão considerados circulante, ou seja, de curto prazo quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Conforme orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –



**NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

MCASP foram reconhecidos como Fornecedores a Curto Prazo atributo financeiro em 2021 apenas os valores de **R\$ 2.582.667,18**.

**NOTA 4 – BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

**NOTA 5 – AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES**

Os Ajustes de exercícios anteriores totalizam **R\$ 1.135.148,03** referentes as Despesas com Exercícios Anteriores DEA liquidadas no exercício de 2021.



NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTA 6 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

É a Diferença entre os ativos e os passivos após inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações.

A variação do Resultado Patrimonial do município constitui quase que exclusivamente a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas nos exercícios.

O resultado patrimonial da execução do exercício é de **R\$ 3.721.591,91** sendo considerados a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas em 2021, sendo o este modificado pelos Ajustes de **R\$ 1.135.148,03** referentes as Despesas de Exercício Anteriores.

**NOTA 7 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.





## NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza. Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados: são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

O Balanço Orçamentário do exercício de 2021 apresentou Receita no valor de **R\$ 44.314.760,09** e Despesas no valor de **R\$ 44.897.993,88**, resultando em um déficit orçamentário de **R\$ 671.025,48**.



NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTA 8 – BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro (BF)1 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

BF é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.



**NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções.

As Despesas Orçamentárias conforme saldo empenhado.

**NOTA 9 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente e segue as instruções da ICP 05.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado de **R\$ 1.163.430,31** compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

\_\_\_\_\_  
Victor Cauê Queiroz

Sec. de Finanças

\_\_\_\_\_  
Zenildo Matos de Oliveira  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Anderson Pereira da Silva  
Controlador

\_\_\_\_\_  
Vinicus Pollmer Santiago  
Contador CRC BA 032649/O